

Resenha



REVEL, J. Proposições: ensaios de história e historiografia. Tradução de Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, 268p.
A história da historiografia de Jacques Revel

Diogo da Silva Roiz *

A obra de Jacques Revel já é conhecida em muitos países, mas ainda é pouco traduzida no Brasil. Por isso também é muito feliz a iniciativa de José Gondra, junto à editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de publicar essa coletânea de ensaios do autor, anteriormente publicados em livros e revistas (com exceção do quarto ensaio, que é inédito e foi escrito para essa coletânea), entre 1984 e 2006. Até então tínhamos à disposição os ensaios publicados em *A invenção da sociedade* (de 1989) e *Jogos de escala: a experiência da microanálise* (de 1998), além de alguns outros poucos textos e entrevistas dispersas em revistas especializadas. Nessas *proposições* são agrupados sete ensaios, em que o autor trata da discussão entre História e Ciências Sociais na França do século passado, a obra de Maurice Halbwachs e sua apropriação no movimento dos *Annales*, o itinerário do acontecimento no debate historiográfico, a ideia de cultura e culturas na historiografia, os intelectuais e a cultura popular na França, os usos e abusos da cultura popular na historiografia, e, por fim, as tensões entre história e memória na história da historiografia.

De imediato, cabe identificar a variedade de temas e discussões propostos nos textos, apesar de todos estarem interligados por uma discussão sobre os desdobramentos da história da historiografia na França. Como menciona Gondra, em sua apresentação, eles

estariam articulados em diferentes vértices internos, ao lado de um externo a ser construído pelos leitores. No primeiro deles, há forte destaque para a história da historiografia que configurou o surgimento e a ascensão do movimento dos *Annales* na França (e, depois, em outros países), nas décadas iniciais do século passado. Para fazê-lo, procura reconstituir parte dos debates que se inscreveram entre o final do século XIX e décadas iniciais do XX, com o foco nas deficiências da escrita da história do período, em meio à forte tentativa de inserção das Ciências Sociais nas universidades francesas. Para ele, apesar

[...] de entenderem bem a lição crítica de Simiand, Febvre e Bloch não est[avam] prontos [...] para aderir a uma ortodoxia, nem para aceitar as regras prescritas da epistemologia sociológica [e a] confrontação que os primeiros *Annales* querem organizar é dupla: ela deve mover-se, em primeiro lugar, entre as abordagens diversificadas do presente que as ciências sociais elaboram, e que devem servir para enriquecer os modelos de inteligibilidade do passado; ela deve, no sentido inverso, pôr o conhecimento do passado a serviço da interpretação do contemporâneo (p. 42)

Em seguida, propõe uma análise da contribuição da obra de Maurice Halbwachs no movimento dos *Annales*. Para ele,

* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorando em História (UFPR). Professor da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. (UEMS). E-mail: <diogoser@yahoo.com.br>.

[...] se estes podiam sem grande esforço concordar com Halbwachs sobre a necessidade de especificar as posturas que, no seio dos conjuntos sociais, são portadoras de representações, de valores, de memórias, eles, sem dúvida, não estavam prontos para levar em conta a dinâmica desses grupos, a incessante recomposição que ela engendra e a multiplicidade das durações sociais em que se inscreve

Mas com tal confrontação, deu-se que

[...] a uma história social que permanecia preocupada em fundamentar-se na localização das regularidades e em identificar conjuntos [...] estáveis, segundo a lição que havia conservado do programa durkheimiano, opunha-se agora uma sociologia que se atribuía como tarefa compreender, a partir do presente, a duração como um jogo sempre aberto e instável, de apropriações e reemprego (p. 71).

Ao se deter no itinerário que o acontecimento faria na história da historiografia, com ênfase na francesa, além de voltar à questão das durações variáveis do tempo histórico e de sua apreensão na História e nas Ciências Sociais, também refaz os contextos dos debates sobre os usos e abusos dos acontecimentos na escritura da história, que se deram entre os séculos XVIII e parte do XX.

Não obstante, a importância desse debate, que é crucial para entender as mutações da escrita da história no século passado, o autor passa a compreender como a cultura dos homens e as culturas dos grupos também seriam fundamentais, uma vez que, a partir do último quarto do século passado, a ideia de cultura entraria na escrita da história como um verdadeiro paradigma a ser investigado e compreendido pelos historiadores. Para ele os principais resultados dessa questão seriam: a) “os historiadores aventuraram-se com menos frequência que antes

a analisar as totalidades culturais” (p. 124); b) renuncia-se “a analisar as produções e representações culturais como expressões de um conjunto coerente [...], para inscrevê-los em uma dimensão pragmática, ou seja, também relacional, colocando-se imediatamente mais ênfase [...] nas diferenciações do que na suposta unidade dessas manifestações”, pois, as “realidades culturais são apreendidas como ligadas a atos ou a situações que colocam os homens ou os grupos humanos em relação com outros homens ou outros grupos humanos” (p. 127); c) e a identificar qual ligação “é possível construir entre um ‘texto’ e seu ‘contexto’” (p. 133).

Para ele, convenciamos “chamar de ‘populares’ o conjunto de práticas que, na cultura da sociedade tradicional, não tem estatuto legítimo” (p. 142), mas por conservar a “memória das épocas passadas”, o popular também desfrutaria de um conjunto de práticas originais e articuladas com a cultura letrada, além das práticas populares serem “objeto de um projeto de tratamento coerente no seio de uma primeira elaboração das ciências do homem, e não mais julgadas segundo critérios emprestados de espaços culturais e sociais alheios ou concorrentes” (p. 162).

Ainda que sejam evidentes os usos e abusos da ‘cultura popular’, como ferramenta de tratamento operacional no campo dos estudos historiográficos, tornando-se objeto de tratamento sistemático a partir dos anos de 1960, como “uma das regiões mais frequentadas da pesquisa e da reflexão históricas”, não “há dúvida de que o que sabemos hoje [1986] das práticas culturais não legítimas aumentou consideravelmente, sobretudo no caso das sociedades pré-industriais que foram mais particularmente estudadas”, ao mesmo tempo que “os contornos desse novo domínio não deixaram de tornar-se mais incertos, e as concepções dos historiadores menos seguras” (p. 163).

Por fim, aborda as discussões sobre história e memória, com ênfase no estudo da corte na França. Para ele:

Hoje [1984] como ontem, a sociedade de corte não nasce dessa concepção superdimensionada do poder soberano. Mas, ao menos em sua versão francesa, elas são inseparáveis naquilo que é proposto como ordenamento visível: um palco sobre o qual se deve impor sua imagem e ostentar seus efeitos, distribuindo a cada um seu papel. Ela não passa, nesse sentido, de um jogo fútil e sério: a representação de uma representação do poder (p. 265).

Depois de vislumbrarmos em que medida cada uma dessas questões esteve circunscrevendo gradativamente o centro das discussões da história da historiografia francesa no século passado, não há como deixar de elogiar a organização e a tradução desses ensaios, que acrescentam ideias, e ampliam a percepção das concepções e identificações da história da historiografia que permeiam a obra de Jacques Revel.

Referências:

REVEL, J. **A invenção da sociedade**. Tradução de Vanda Anastácio. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Enviado em: 05/04/2011

Aceito em: 10/10/2011